

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

**BRUNO LEONARDO DA SILVA**

**PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI): UM INSTRUMENTO  
PEDAGÓGICO PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E EQUIDADE ESCOLAR**

VITÓRIA/ES

2024

BRUNO LEONARDO DA SILVA

**PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI): UM INSTRUMENTO  
PEDAGÓGICO PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E EQUIDADE ESCOLAR**

Monografia apresentada à Coordenadoria do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Especial Inclusiva do Instituto Federal do Espírito Santo, Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Especial Inclusiva.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Josiléia Curty de Oliveira.

VITÓRIA/ES

2024

(Biblioteca do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor)

S586p

Silva, Bruno Leonardo da .

Plano educacional individualizado (PEI): um instrumento pedagógico para a promoção da inclusão e equidade escolar / Bruno Leonardo da Silva. - 2024.

36 f. : il ; 868Kb.

Orientador: Josiléia Curty de Oliveira

TCC (Especialização) Instituto Federal do Espírito Santo, Cefor, Pós Graduação Lato Sensu Especialização em Educação Especial Inclusiva, 2024.

1. Educação Especial. 2. Inclusão. 3. Atendimento Educacional Especializado (AEE). 4. Plano Educacional Individualizado (PEI). 5. Deficiência intelectual. I. Oliveira, Josiléia Curty de . II. Título III. Instituto Federal do Espírito Santo.

CDD: 371.9

Bibliotecário/a: Viviane Bessa Lopes Alvarenga CRB/06-ES nº 745


BRUNO LEONARDO DA SILVA

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI): UM  
INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA A PROMOÇÃO DA  
INCLUSÃO E EQUIDADE ESCOLAR


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em Educação Especial Inclusiva, como requisito parcial para obtenção de título Especialista em Educação Especial Inclusiva.

Aprovado em 21 de novembro de 2024.


COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 JOSILEIA CURTY DE OLIVEIRA  
Data: 01/12/2024 19:50:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Josiléia Curty de Oliveira  
Instituto Federal do Espírito Santo  
Orientadora

Documento assinado digitalmente  
 RAINEI RODRIGUES JADEJISKI  
Data: 01/12/2024 20:20:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rainei Rodrigues Jadejiski  
Instituto Federal do Espírito Santo  
Membro interno

Documento assinado digitalmente  
 SUELEN RODRIGUES DE FREITAS COSTA  
Data: 02/12/2024 12:53:36-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Suelen Rodrigues de Freitas Costa  
Secretaria de Educação do Município de Ibitirama/ES  
Membro Externo



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO  
Autarquia criada pela Lei nº 11.892, de 19 de dezembro de 2008

**DECLARAÇÃO DE AUTORIA DE TRABALHO MONOGRÁFICO DE ESPECIALIZAÇÃO**

Eu, Bruno Leonardo da Silva, aluno (a) do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em Educação Especial Inclusiva, declaro que o trabalho monográfico intitulado “Plano Educacional Individualizado (PEI): um instrumento pedagógico para a promoção da inclusão e equidade escolar” é de minha autoria, em conformidade com a legislação vigente que trata dos direitos autorais.

Vitória, 21 de Novembro de 2024.



Documento assinado digitalmente

**BRUNO LEONARDO DA SILVA**

Data: 17/12/2024 21:23:46-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Assinatura do (a) Aluno (a)

Dedico este trabalho de final de curso a todos os profissionais da educação e aos atores sociais que fazem parte do contexto social, que com paixão e profissionalismo, contribuem na construção de pontes para uma educação de qualidade e inclusiva para todos.

## AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus que me deu força, coragem e perseverança diante dos desafios e superações para conclusão desta Especialização em Educação Especial Inclusiva.

A minha saudosa mãe, Ana Glória da Silva (*in memoriam*), que sempre me incentivou e apoiou meus estudos.

Aos meus amigos e colegas de curso.

A minha professora-orientadora, Josiléia Curty de Oliveira, que contribuiu significativamente para a realização do meu trabalho de conclusão de curso.

Aos professores/tutores presenciais e a distância, ao polo de Bom Jesus do Norte - ES e ao Instituto Federal do Espírito Santo, que contribuíram para a conclusão deste curso, bem como para aumentar meus conhecimentos e tornar amplos os meus saberes e conhecimentos.

[...] toda prática pedagógica se fundamenta em certa maneira de explicar a evolução dos conhecimentos, os papéis aos participantes do processo educacional, a forma de intercâmbio a ser mantida com a criança, os objetivos a serem atingidos através do ato educativo (SEBER, 1995, p. 21).

## RESUMO

A partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), os professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) (Brasil, 2008a, 2011) têm procurado renovar as formas de ofertar o serviço, seja em salas de recursos multifuncionais (Brasil, 2010) ou em salas regulares. Uma dessas formas é a realização de intervenção pedagógica na ação escolar e docente. Sendo assim, o Plano Educacional Individualizado (PEI) revela-se como um recurso dinâmico e flexível no processo de ensino-aprendizagem, capaz de acompanhar as evoluções e demandas dos estudantes com deficiência. Sua elaboração e implementação devem ocorrer de forma colaborativa, envolvendo todos os atores inseridos no contexto educacional. A presente proposta de intervenção pedagógica tem como objetivo analisar o papel do PEI como documento para a promoção da inclusão escolar e a equidade educacional. Tem-se por finalidade compreender como o ensino individualizado é fundamental para atender às necessidades de cada estudante. Ela tem como relevância construir reflexões a despeito do impacto positivo do PEI ao oferecer um aprendizado acessível, contextualizado na realidade do estudante, sendo capaz de reduzir desigualdades educacionais e sociais, com ênfase na sua capacidade de inclusão e transformação social do indivíduo. Logo, nesta intervenção pedagógica, utilizou-se a metodologia qualitativa e intervencionista, buscando compreender a dinâmica do PEI no cotidiano escolar do estudante. A investigação, com foco no ensino de Geografia e no tema “Urbanização”, permitiu uma análise aprofundada e contextualizada em uma prática pedagógica inclusiva. Assim, mediante o resultado alcançado por essa intervenção pedagógica, pode-se enfatizar que o PEI constitui um documento necessário para promover uma educação inclusiva, acessível e contextualizada à diversidade, garantindo o direito à educação de qualidade para todos, exercendo impacto transformador e social que ultrapassa os limites da escola, contribuindo para uma sociedade justa e igualitária, reduzindo as desigualdades e preparando os educandos para uma participação crítica, reflexiva, ativa e plena. Portanto, pretende-se com essa intervenção pedagógica salientar que o PEI é um recurso essencial e transformador, reforçando seu papel social na construção de saberes e conhecimentos no processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. deficiência intelectual. estudante. inclusão. prática pedagógica.

## ABSTRACT

Based on the National Policy for Special Education from the Perspective of Inclusive Education (Brazil, 2008), teachers working in Specialized Educational Services (AEE) (Brazil, 2008a, 2011) have sought to renew the ways of offering the service, whether in multifunctional resource rooms (Brazil, 2010) or in regular classrooms. One of these ways is to carry out pedagogical intervention in school and teaching activities. Therefore, the Individualized Educational Plan (PEI) is a dynamic and flexible resource in the teaching-learning process, capable of keeping up with the developments and demands of students with disabilities. Its development and implementation must occur collaboratively, involving all stakeholders in the educational context. This proposal for pedagogical intervention aims to analyze the role of the PEI as a document for promoting school inclusion and educational equity. The purpose is to understand how individualized teaching is essential to meet the needs of each student. It is important to build reflections on the positive impact of the PEI by offering accessible learning, contextualized in the student's reality, and capable of reducing educational and social inequalities, with an emphasis on its capacity for inclusion and social transformation of the individual. Therefore, in this pedagogical intervention, a qualitative and interventionist methodology was used, seeking to understand the dynamics of the PEI in the student's daily school life. The investigation, focusing on the teaching of Geography and the theme "Urbanization", allowed an in-depth and contextualized analysis in an inclusive pedagogical practice. Thus, based on the result achieved by this pedagogical intervention, it can be emphasized that the PEI constitutes a necessary document to promote an inclusive, accessible and contextualized education to diversity, guaranteeing the right to quality education for all, exerting a transformative and social impact that goes beyond the limits of the school, contributing to a fair and egalitarian society, reducing inequalities and preparing students for critical, reflective, active and full participation. Therefore, this pedagogical intervention aims to highlight that the PEI is an essential and transformative resource, reinforcing its social role in the construction of knowledge and understanding in the learning process of students with intellectual disabilities.

**Keywords:** Learning. intellectual disability. student. inclusion. pedagogical practice.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 O PESQUISADOR E SEU CONTEXTO.....	10
1.2 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA DE INTERVENÇÃO.....	11
1.3 OBJETIVOS.....	12
1.3.1 Objetivo Geral.....	12
1.3.2 Objetivos Específicos.....	13
<b>2 REFERENCIA TEÓRICO .....</b>	<b>14</b>
2.1 O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA .....	14
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>20</b>
3.1 LÓCUS E SUJEITOS.....	21
3.2 METODOLOGIA.....	22
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA E PRODUÇÃO DE DADOS.....	24
3.4 METODOLOGIAS DE ANÁLISE DE DADOS.....	26
<b>4 PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA.....</b>	<b>28</b>
<b>5 RESULTADO DA APLICAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 O PESQUISADOR E SEU CONTEXTO

Meu nome é Bruno Leonardo da Silva e este memorial descritivo tem como objetivo apresentar minha trajetória acadêmica e profissional. Dessa forma, saliento que, atualmente, sou professor efetivo da rede pública estadual do Rio de Janeiro atuando com Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Curso Normal (Formação de professor) e atuei 12 anos como docente efetivo do município de São José do Calçado – ES com Ensino Fundamental I, com formação em nível de graduação Normal Superior (ISE - Instituto Superior de Educação de Bom Jesus do Itabapoana - Conclusão - 2006); Pedagogia (FAETERJ - Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro - Conclusão - 2012); Geografia (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Conclusão - 2017); Ciências Sociais (UNIMES - Universidade Metropolitana de Santos - Conclusão - 2018) e por último em Educação Especial (UNIFACVEST - Centro Universitário - Conclusão - 2022) com Pós-graduação em Educação Especial com ênfase em Deficiência Auditiva (UNIRIO - 2009); Gestão Escolar (ISEBJI - Instituto de Educação Superior de Bom Jesus do Itabapoana - 2011); Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação (FAETERJ - 2015) e Educação Especial e Inovação Tecnológica (UFRRJ - 2023).

Nesse contexto, friso a relevância do tema educação especial inclusiva para educação, minha formação e atuação docente, com interesse significativo em estudar, conhecer, analisar e discutir sobre a temática da inclusão escolar com forte apreço ao tema da inclusão. Ao percurso de minha carreira e atuação como docente, minha prática, experiências e formações têm sido alicerçadas em diversos desafios e conquistas, às vezes positivas e negativas, mas que contribuem significativamente em minha ação como educador.

Minha trajetória, tanto acadêmica quanto profissional, assim, como meu olhar sempre foi de encontrar formas de acessibilizar e realizar intervenções inclusivas para atuar e fazer minha prática docente ser melhor e inclusiva, pois ensino para que todos os estudantes, possam aprender e se desenvolver da melhor maneira possível. Logo, esse interesse me levou a estudar e investigar mais a despeito do Plano Educacional Individualizado (PEI), que considero um documento chave para promover a inclusão nas escolas.

Assim, em verdade, reitero que tudo se iniciou com a primeira especialização em educação especial/deficiência auditiva que realizei e, dessa maneira, quando conheci sobre o PEI e sua transformação como documento social para a promoção da inclusão e equidade. Sobre

esse aspecto relevante, como professor, percebi na prática como é importante tornar o ensino acessível para o contexto dos estudantes. Destaco ainda que, trabalhando em escolas públicas, vivo de perto como a falta de recursos e de formação para nós, professores, dificultam a aplicação do PEI de maneira eficiente. Assim sendo, isso me motivou a continuar estudando e buscar formas de superar esses obstáculos e tornar a inclusão uma realidade, não apenas uma ideia no papel.

Portanto, percebo que o PEI não é apenas um documento pedagógico, mas um verdadeiro ator para a transformação social e inclusão de quem mais precisa. Ele representa para mim, uma oportunidade de fazer a diferença na vida dos estudantes, garantindo que todos tenham a chance de aprender e se desenvolver em um ambiente acolhedor e acessível. Acredito que esta pesquisa pode trazer contribuições importantes para que a inclusão escolar seja cada vez mais uma realidade.

## 1.2 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA DE INTERVENÇÃO

A minha abordagem discorre a despeito do Plano Educacional Individualizado (PEI) como documento essencial para promover a aprendizagem e a inclusão escolar de estudantes com deficiência. Ele fomenta a importância da acessibilidade ao ensino e suas particularidades de cada estudante, respeitando assim, suas capacidades, limitações e ritmos de aprendizagem.

Dessa forma, o PEI reconhece que cada estudante é único e possui formas diferentes de aprender, contrariando, nesse sentido, modelos padronizados, historicamente construídos e/ou elaborados, pois ele permite que os professores planejem, criem estratégias pedagógicas personalizadas, considerando as potencialidades e dificuldades de cada estudante. Isso feito, possibilita que os eles avancem em seu próprio ritmo, garantindo um aprendizado significativo e efetivo.

Seguindo nessa linha de pensamento, o PEI desempenha papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, e como documento de transformação social. E, no tocante, proporcionar uma educação de qualidade e acessível, contribui para a inclusão dos estudantes na sociedade, e permitindo que desenvolvam habilidades que irão além do universo acadêmico. E, assim, esclarecendo que o plano promove mecanismos valiosos como a socialização, a autonomia e a autoestima dos estudantes, permitindo que se sintam parte ativa do ambiente escolar e da comunidade. Logo, citando o mestre Paulo Freire (1996), a educação é um ato de libertação, e o PEI cumpre essa função ao proporcionar igualdade de oportunidades educacionais para todos.

Em virtude do que está sendo descrito nessa análise, a escolha do tema apresentado PEI surgiu diretamente da minha experiência como professor, e especificamente no decorrer de formações na qual participei, em que foi citado o PEI, bem como sua finalidade e importância para o processo de aprendizagem e inclusão.

Nesse contexto, o objeto de estudo pode ser formulado da seguinte maneira: Como o Plano Educacional Individualizado (PEI) contribui para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual no contexto da inclusão escolar? E, qual o impacto do PEI na inclusão escolar, considerando suas implicações pedagógicas e sociais, com o intuito de compreender como ele pode ser aprimorado para garantir uma educação mais equitativa e inclusiva.

Sendo assim, durante minha prática e ações pedagógicas, percebi a importância de oferecer um ensino acessível à realidade do estudante, garantindo as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento a todos. Além do mais, a convivência com educandos de inclusão e o desafio de promover uma efetiva inserção deles nas atividades da sala de aula, despertaram o interesse por explorar o PEI.

A justificativa para a escolha desse tema está relacionada ao potencial transformador do Plano Educacional Individualizado, tanto na vida escolar dos estudantes quanto na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Ao escolher estudar o PEI, procuro refletir, analisar e argumentar como ele contribui para o sucesso escolar e social, além de identificar os desafios e as melhores práticas na sua implementação, bem como em minha ação docente. E, ainda, esta pesquisa de intervenção tem como relevância a importância do PEI como um instrumento de inclusão escolar e na inclusão.

Em um cenário em que a educação inclusiva ainda enfrenta inúmeros desafios, compreender o papel e a eficácia do PEI pode contribuir para a construção de políticas públicas, de um fazer docente e pedagógico voltado para a melhoria das práticas educacionais. Com isso, a presente investigação foi embasada por meio de análises de textos e artigos, assim como em autores que versam sob uma visão crítica e reflexiva a despeito das dificuldades, e a importância desse documento para o processo de inclusão, além daquelas enfrentadas pelos profissionais da educação e demais atores envolvidos no percurso de ensino-aprendizagem ao implementar o PEI, bem como propor alternativas para aprimorar essa ferramenta.

### 3.1 OBJETIVOS

#### 3.1.1 Objetivo Geral

Analisar o Plano Educacional Individualizado (PEI) como documento pedagógico de transformação social para estudantes com deficiência intelectual no ambiente escolar.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

Identificar os principais desafios enfrentados pelos professores e equipe pedagógica na implementação do PEI;

Avaliar como o PEI impacta na inclusão e no desenvolvimento social dos estudantes;

Propor melhorias e acessibilidades que possam otimizar o uso do PEI como documento de inclusiva, e garantir que estudantes com deficiência participem ativamente de todas as atividades escolares; e

Sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da inclusão e do PEI, promovendo um ambiente que valorize a diversidade e os direitos de todos os estudantes, contextualizando o ensino de Geografia.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

A educação especial inclusiva desempenha um papel importante na construção de um processo educacional que seja igualitário, democrático e inclusivo, que permita garantir o acesso a oportunidades educacionais justas e sem discriminações a todos os estudantes. Dessa forma, ao promover a acessibilidade ao currículo, metodologias e práticas pedagógicas, a educação especial inclusiva busca atender às particularidades de cada indivíduo, oferecendo um ambiente de aprendizagem que valoriza a diversidade e o respeito mútuo. Sendo assim, Silva (2018) diz que a inclusão não é apenas uma questão de acesso físico às escolas, mas sim de criar e oportunizar condições para que todos os estudantes participem plenamente do processo educacional, rompendo com barreiras que tradicionalmente excluíam aqueles com deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

Assim sendo, Vygotsky (1984), ressalta que o desenvolvimento cognitivo é um processo socialmente mediado. Logo, a interação com outras pessoas, especialmente com adultos e pares mais experientes, é fundamental para a construção do conhecimento. Vygotsky introduziu o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que representa a distância entre o que o indivíduo já é capaz de fazer sozinho e o que ele é capaz de fazer com a ajuda de outros. Dessa forma, podemos mencionar a função social que o PEI propicia ao estudante, sendo o seu ensino-aprendizagem mediado e fundamentado pela intervenção, como investigado nessa pesquisa qualitativa, bem como a intervenção pedagógica, ou seja, acontecendo o processo de mediação entre os pares.

No Brasil, a política de educação inclusiva vem sendo construída pelos sistemas de ensino, na consolidação de suas bases legais e tem sua gênese no movimento pela universalização da educação básica (Plestch, 2014). Assim, podemos destacar nas entrelinhas dos referidos documentos a Lei n. 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), a Constituição Federal (Brasil, 1988) e o Plano Nacional de Educação (PNE/2014), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2006), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), além de decretos e Planos de Educação, vem garantindo aos estudantes com deficiência o acesso ao ensino comum tendo, por meio do PEI, a possibilidade do atendimento acessível.

Sendo assim, o PEI é um documento fundamental e nos dias atuais, necessário para a promoção da educação inclusiva, especialmente no contexto das políticas públicas educacionais que visam garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes, em escolas regulares. Logo, o PEI é um documento que detalha as necessidades específicas de cada estudante, estabelecendo metas e estratégias personalizadas para o seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional (Silva, 2018). Ainda, de

acordo com o mesmo autor, o PEI não é apenas um plano técnico, mas um caminho para que a escola reconheça e respeite as singularidades de cada estudante, promovendo uma educação que valorize a diversidade.

A importância do PEI se reflete diretamente no fato de que ele é um documento que possibilita uma abordagem individualizada e flexível do ensino, permitindo que os professores tornem suas práticas pedagógicas/didáticas acessíveis de acordo com as necessidades específicas de cada estudante.

Como afirma Santos (2020), a adequação do ensino por meio do PEI promove uma educação mais justa, pois considera as diferenças individuais não como limitações, mas como pontos de partida para a aprendizagem. Essa acessibilidade é fundamental para que os estudantes com necessidades educacionais especiais possam ter acesso a um currículo significativo, que não apenas os inclua fisicamente na sala de aula, mas que também os valorize como sujeitos ativos no processo educacional. Dessa forma, corroborando a abordagem do autor citado, o PEI se consolida como uma estratégia para garantir a equidade no ambiente escolar. Nesse entendimento, Barbosa (2019, p. 19) defende que:

Além dos dados que identificam o estudante, no PEI devem ser registradas as suas necessidades educacionais especiais, suas habilidades e dificuldades, os objetivos e metas esperados e como alcançá-los, os métodos e critérios de avaliação destinados a garantir ao estudante o direito à educação, incentivando sua inclusão, autonomia, melhoria das habilidades sociais e desenvolvimento de aprendizagem. O plano também deve explicitar todas as intervenções e adaptações voltadas para a aprendizagem do aluno.

Outro ponto central no desenvolvimento e implementação do PEI é a colaboração entre diferentes atores do contexto escolar, como professores, especialistas, a equipe pedagógica e, principalmente, a família do estudante, a sociedade, além do poder público. Assim sendo, Oliveira (2019) acrescenta que o processo de elaboração do PEI deve ser colaborativo, envolvendo todos aqueles que estão diretamente ligados ao desenvolvimento do estudante, pois somente com um esforço conjunto é possível identificar as reais necessidades e definir estratégias que sejam efetivas no contexto escolar. E, ainda, que a participação ativa da família no desenvolvimento do PEI é um fator de sucesso, uma vez que os pais ou responsáveis são aqueles que conhecem melhor o estudante e podem oferecer informações valiosas sobre seus interesses, limitações e habilidades. Além disso, essa parceria entre a escola e a família fortalece o vínculo de confiança e cria um ambiente mais acolhedor e favorável ao desenvolvimento integral do estudante. Assim, Bassi, Brito e Neresé (2020, p. 1021) salientam que:

É importante destacar que o PEI, no Brasil, vem se configurando com iniciativas isoladas, como uma estratégia norteadora das ações pedagógicas, com a finalidade de contribuir para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino comum.

Diante do exposto acima, é válido enfatizar Piaget (1973), que por sua vez, propõe a epistemologia genética, que enfatiza a construção ativa do conhecimento pela criança. Para o autor, o

desenvolvimento cognitivo ocorre em estágios universais e sequenciais, e a criança constrói seu próprio conhecimento a partir da interação com o meio físico e social. Assim, a interação social, para Piaget, é fundamental, mas seu papel é mais de fornecer estímulos para que a criança possa construir suas próprias estruturas mentais. A criança é vista como um pequeno cientista que experimenta o mundo e constrói suas próprias teorias sobre ele.

Conforme abordam as autoras Bassi, Brito e Neresé (2020), no planejamento do PEI, materializado num formulário, registram-se, de acordo com a observação e avaliação escolar prévia, bem como com as demais informações disponíveis pelos partícipes no processo, que compõe o processo educacional individual do estudante. Nesse contexto, as autoras reiteram a ideia de que pode ser uma estratégia eficaz ao facilitar e orientar a organização curricular, a fim de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem do estudante com deficiência, e requer ampliar estudos nesse campo para validá-lo, já que é “[...] uma prática pouco aplicada” (Glat; Vianna; Redig, 2012, p. 97).

Nesse sentido, Valadão (2010, p. 95) diz que em âmbito nacional, “[...] não há propostas na legislação, de procedimentos ou normas oficiais que sejam claras e assegurem ao estudante com deficiência uma avaliação adequada e um planejamento educacional individualizado”. Mas é importante ressaltar que existem documentos nacionais, como já mencionado, que apontam para a necessidade de individualização do ensino de maneira a favorecer os processos de inclusão. Além disso, Bassi, Brito e Neresé (2020), Apud Brasil (2000, p. 24) enfatizam que em “Adaptações Curriculares de Grande Porte 5”, o referido documento informa que:

[...] alunos com necessidades educacionais especiais devem ter um Plano Individualizado de Ensino, quando se fizer necessário, podendo ser elaborado com apoio do ensino especial no início de sua vida escolar, e por ela, atualizado continuamente, em função de seu desenvolvimento e aprendizagem. Esse Plano é o ponto fundamental de sua vida escolar, norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno.

Inclusive podemos exemplificar outro documento que dispõe sobre a Educação Especial, que traz em suas diretrizes a ideia de diferenciação e individualização, é o Decreto n. 7.611/2011, que estabelece, no artigo 1º, a obrigatoriedade de assegurar que haja, como corroboram Bassi, Brito e Neresé (2020, p. 1022):

[...] garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, com base na igualdade de oportunidades, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

Observa-se, assim, que o PEI aparece de forma implícita no aparato legal brasileiro, uma vez que trata, apenas, da individualização do ensino e é percebido como alternativa metodológica facilitadora no processo inclusivo, indicando que sua aplicação pode colaborar para a qualidade da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno com deficiência, no olhar de Bassi, Brito e Neresé (2020).

Rodrigues (2009, p. 23) enfatiza que:

De todas as experiências que surgem no caminho de quem trabalha com a inclusão, receber um aluno com Deficiência Intelectual parece a mais complexa. Para o surdo, os primeiros passos são dados com a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Os cegos têm o braile como ferramenta básica e, para os estudantes com limitações físicas, adaptações no ambiente e nos materiais, costumam resolver os entraves do dia-a-dia.

No contexto apresentado até então, podemos dissertar que o PEI promove uma educação inclusiva que permite ao estudante ser um indivíduo atuante em seu processo de ensino-aprendizagem, e assim, as escolas possam oferecer, num contexto de acessibilidade práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis à realidade dos estudantes, em vez de esperar que eles se adaptem às normas estabelecidas.

Para Santos (2020), a verdadeira inclusão ocorre quando o sistema educacional é capaz de se flexibilizar para acolher as diversidades presentes no ambiente escolar. Esse entendimento nos faz refletir a sermos ativos e críticos em nossas ações, desde o professor até todos da comunidade escolar, conhecendo e reforçando a importância do PEI como documento de estratégias que transforma a escola em um espaço democrático e justo, em que todos os estudantes, têm as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver. Pois, o PEI desempenha um papel fundamental, necessário na educação inclusiva ao propiciar, bem como alicerçar o ensino, promover a colaboração entre escola e família, e dessa forma, garantir uma avaliação contínua e flexível, fomentando o desenvolvimento social e emocional dos estudantes.

Por sua vez, a implementação do PEI se torna eficaz e um passo fundamental para que a educação inclusiva deixe de ser apenas uma ideia ou política e se torne uma prática real e concreta, que assegure o direito de todos à educação de qualidade.

Dessa maneira, como abordam Bassi, Brito e Neresé (2020), o PEI tem como premissa redimensionar as práticas pedagógicas nas ações desenvolvidas por professores da classe comum e do professor do atendimento educacional especializado que, por meio do trabalho colaborativo, possibilitam a participação e o desenvolvimento do estudante com deficiência junto aos seus pares. E, ainda, pode-se validar que a elaboração do PEI propicia práticas de ensino acessível a peculiaridades do estudante.

Nesse sentido, Glat e Plestch (2013) mencionam que a elaboração do PEI envolve diferentes etapas: identificação, avaliação e intervenção. Assim, com o propósito de conhecer o nível de desenvolvimento escolar do estudante com deficiência, constitui-se o inventário de habilidades escolares, o qual requer ser elaborado, aplicado e avaliado por conter pistas sobre as habilidades existentes e as em processo, elucidando elementos relevantes na constituição do PEI. Nesse sentido, cada um dos componentes citados deve ser pensado de forma integrada, considerando não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o social e emocional. Logo, Silva (2018) enfatiza que as metas estabelecidas no PEI devem ser realistas e alcançáveis, sempre buscando a progressão gradual do estudante, com foco em seu desenvolvimento integral. Conforme o que foi exposto até então, é válido salientar nessa discussão a finalidade e o importante papel social, inclusivo e transformador do PEI, bem como os seus percursos que devem ser considerados em todo o processo de ensino e aprendizagem do estudante. Desse modo, destacamos: componentes essenciais, como a avaliação individualizada, os objetivos educacionais individualizados, as estratégias e recursos acessíveis, o acompanhamento contínuo, as tecnologias assistivas e etc, corroboram o fortalecimento da prática inclusiva de todos os educandos nesse contexto social.

Sendo assim, todas as acessibilidades são necessárias, sejam elas curriculares, sociais, emocionais, pedagógicas, e sem deixar de mencionar as ações docentes em sala de aula, no contexto escolar e da família são instrumentos que garantem que o ensino seja acessível a todos os estudantes, independentemente de suas limitações ou habilidades, e que seus objetivos sejam de sempre permitir que o eles tenham condições de acessar, participar e ser um ser ativo em todo o seu processo de ensino e aprendizagem, contextualizando, sempre em sua realidade, e participando de maneira efetiva, sem que suas dificuldades de aprendizagens, suas limitações o excluam do processo educacional, como afirma Oliveira (2019).

Enfim, é importante ressaltar que o sucesso de um PEI bem estruturado e com componentes essenciais bem definidos depende de uma avaliação contínua e da colaboração entre a escola, a família e os profissionais que acompanham o estudante. Desse modo, o monitoramento constante do PEI, como destaca Santos (2020), garante que o plano permaneça relevante e eficaz, ajustando-se às mudanças no desempenho e nas necessidades do estudante ao longo do tempo. Esse processo contínuo de adaptação reflete a essência da educação inclusiva, que busca a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças no ambiente escolar.

Portanto, é importante destacar que a intenção não é favorecer um estudante com deficiência em prejuízo dos demais, mas sim propor métodos de ensino diferenciados e

individualizados, utilizando recursos didáticos e pedagógicos diversos. Além disso, deve-se ajustar o tempo e o espaço escolar, levando em consideração também os procedimentos e critérios avaliativos, sempre focando nas necessidades que surgem, como aborda André (1999). Logo, com essa perspectiva, o PEI se configura como uma estratégia pedagógica fundamental, oferecendo respostas educativas às demandas específicas dos estudantes com deficiência que estão inseridos no ensino regular.

Diante do exposto, fica perceptível que o PEI desempenha um papel fundamental no contexto educacional, especialmente no que se refere à promoção de uma educação inclusiva, valoriza a diversidade e busca criar um ambiente escolar acolhedor para todos e equitativa busca eliminar as desigualdades e garantir oportunidades iguais para todos. Ao proporcionar uma abordagem pedagógica acessível ao estudante, o PEI se revela um documento essencial para garantir que todos tenham acesso a um processo de aprendizagem de qualidade. Sua importância vai além da simples acessibilidade, englobando um olhar mais atento e humanizado para o desenvolvimento integral do estudante. Dessa forma, o PEI se consolida como documento de referência que não apenas acolhe, mas também potencializa as capacidades de cada indivíduo, contribuindo significativamente para a construção de uma educação que valorize a diversidade e a inclusão como pilares fundamentais.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente capítulo fundamenta-se na pesquisa qualitativa, bem como na ação de intervenção pedagógica, destacando a abordagem prática e reflexiva para o aprofundamento dessa investigação por meio do PEI, contextualizada no cotidiano escolar do aluno com deficiência intelectual aqui mencionado.

Sendo assim, Bogdan e Biklen (1994), enfatiza que a investigação qualitativa em educação busca construir conhecimentos e não apenas dar opiniões sobre determinado contexto. Dessa forma, ao se basear em métodos como a observação, a pesquisa qualitativa permite uma imersão no campo de estudo, favorecendo a construção de teorias e modelos que se ajustem à realidade investigada. Logo, a pesquisa qualitativa oferece um olhar aprofundado sobre o contexto escolar, permitindo identificar as nuances e particularidades de cada realidade. Ao valorizar a voz dos estudantes, professores e demais atores educativos, ela possibilita a construção de diagnósticos mais precisos e a elaboração de intervenções mais adequadas.

Este estudo tem como objetivo apresentar o percurso metodológico para a realização da intervenção pedagógica, que trabalha e analisa o ensino de Geografia, abordando o conteúdo sobre “Urbanização” direcionado ao estudante com deficiência intelectual. Além disso, o objetivo geral baseou-se em compreender o conceito de urbanização e suas características básicas, e identificar elementos do ambiente urbano de forma acessível e significativa, e como objetivos específicos reconhecer as principais diferenças entre áreas urbanas e rurais, e identificar elementos da paisagem urbana, como casas, prédios, ruas, transportes e explorar os impactos da urbanização no cotidiano, como trânsito e poluição.

Dessa forma, foram utilizadas ferramentas tecnológicas e de suporte pedagógico como: vídeos educativos curtos, permitindo a exploração sensorial e visual; atividade interativa no Google Earth por meio do computador e celular, bem como o uso da internet; livro didático de Geografia com unidade sobre Urbanização (imagens e textos); passeio pelo entorno da escola, para visualizar o contexto local e bloquinhos de montagem para construir um ambiente urbano, pois contribuem significativamente para o processo de ensino-aprendizagem real do aluno e sua construção social do saber.

Dessa forma, a referida escolha do tema tem como relevância os fenômenos sociais em que envolvem o contexto de nossa sociedade nos centros urbanos brasileiro e, também do mundo, permitindo ao educando reflexões a despeito transformações espaciais e sociais.

Para tanto, é importante ressaltar que, de acordo com Pavão e Pavão (2023) e no que tange à proposta desta intervenção pedagógica, com a finalidade de explorar as ações

pedagógicas mais adequadas ao AEE e como pressupostos às características e formas de aplicação nas salas de aula regular e de recursos multifuncionais, permitindo assim, discutir e analisar as abordagens teóricas que fundamentam essas intervenções e os impactos que elas podem gerar no público atendido.

Para tanto, a estratégia metodológica concentra-se na aplicação da intervenção educativa e pedagógica que se fundamenta em realizar acessibilidade as singularidades do estudante com deficiência intelectual, decorrendo assim, o caráter colaborativo e pedagógico que promove, permitindo que as abordagens educacionais sejam ajustadas, de acordo com a resposta e necessidade do educando.

Nesse sentido, a perspectiva da pesquisa qualitativa foi escolhida para garantir que a experiência de aprendizagem atendessem de maneira eficaz a particularidade cognitiva e emocional do educando em questão, permitindo, a esse, participar de maneira ativa e reflexiva na construção de seu conhecimento.

### 3.1 LÓCUS E SUJEITOS

A referida intervenção pedagógica foi realizada numa escola pública, localizada na cidade de Bom Jesus do Itabapoana - RJ. O participante dessa intervenção foi o estudante com deficiência intelectual, de 17 anos, cursando o 7º ano do Ensino Fundamental, frequente em sala de aula regular e acompanhamento na sala de recursos multifuncionais. A intervenção pedagógica foi realizada no decorrer dos meses de agosto a outubro de 2024, ocorrendo assim, uma vez por semana no ambiente da sala de recursos da escola. Nesse sentido, para que acontecesse de forma clara, objetiva e que alcançasse a finalidade proposta, bem como o seu sucesso, a intervenção pedagógica foi pensada e elaborada para atender a necessidade dos processos cognitivo, emocional, ensino e aprendizagem, assim, como a construção social de conhecimento do estudante. Além de salientar que durante o desenvolvimento das etapas, tive o auxílio da professora da sala de recursos da escola, ou seja, um trabalho colaborativo.

Portanto, como enfatizam Pavão e Pavão (2023, p. 20):

A intervenção pedagógica, independentemente de seu tipo, características e funcionalidade, deve garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente, em acordo com suas habilidades, desejos e comprometerimentos associados à natureza dos sujeitos em processo de aprendizagem.

### 3.2 METODOLOGIA

Para validar a coleta de dados, podemos mencionar o protocolo de observação baseado nos estudos de Lüdke e André (1986), que nos fornece uma estrutura de observação em categorias pré-definidas, como: participação ativa, interação social, comportamento em grupo, permitindo desse modo, informações naturais experimentadas pelo estudante, no que consiste na essência dessa intervenção com o estudante mencionado, pois revela os caminhos pedagógicos que muitas vezes não são captadas em instrumentos formais de avaliação (Creswell, 2010).

A presente intervenção pedagógica seguiu em seu desenvolvimento, bem como a sua ação, a abordagem de ensino-aprendizagem inclusiva, realizando todas as acessibilidades para que ocorressem, utilizando uma abordagem inclusiva, ajustando toda a ação planejada e aplicada ao estudante.

A atividade foi pensada e desenvolvida em etapas, respeitando o ritmo e a capacidade do processo de construção social, emocional, cognitivo e de aprendizagem do estudante. Assim, foram usadas a ação metodológica ativa, lúdica e sensorial, para melhor facilitar a compreensão da temática trabalhada.

As etapas foram as seguintes durante o processo de aplicação da Intervenção Pedagógica:

1ª etapa: (em sala de aula regular com a turma). A exploração de vivência, sensibilidade e conhecimento prévio do estudante sobre a temática “Urbanização” com roda de conversa simples e formal (você mora na cidade ou campo, os elementos que as compõem) ou seja, levantar os conhecimentos do cotidiano do estudante. Em seguida, apresentação de imagens por meio de livros, celular e ao redor da escola mostrando as diferenças entre áreas urbanas e rurais. E, a atividade prática com jogos de associação com imagens digitais no celular de diferentes elementos do processo de urbanização.

2ª etapa: (esse momento foi na sala de recursos e ao redor da escola). Aqui foram desenvolvidos e aplicados os conceitos de “Urbanização” explorando o sensorial por meio da exibição de vídeo educativo curto (You Tube) a despeito dos processos sociais, culturais e econômicos do espaço urbano (sempre que possível, contextualizando com a realidade do estudante). Em seguida, com o uso da tecnologia interativa Google Earth (nesse momento houve limitações, de acordo com as habilidades do estudante, mas com minha intervenção ao manusear o aplicativo no celular e projetar a televisão) mostrando onde ele reside, o seu entorno, e, a atividade de observação, trabalhando de forma real por meio de passeio ao entorno

da escola. Esse momento permitiu ao estudante reconhecer o espaço urbano e seus elementos cotidianos.

3ª etapa: (Esse momento foi na sala de recursos). A construção do conhecimento por meio da experiência cotidiana. Nessa etapa, foi trabalhado a montagem de uma cidade, com criação livre do estudante, usando bloquinhos de montar “Lego”. Salientando que em todo momento, quando necessário foram realizadas as devidas intervenções pedagógicas e didáticas.

4ª etapa: (esse momento foi na sala de recursos). A consolidação e reflexão pelo estudante de maneira guiada dialógica. Nesse contexto de dialogicidade, Freire (1996, p. 21) enfatiza que:

A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de inteligir, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. Não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade. O pensar certo por isso é dialógico e não polêmico.

É nesse sentido, que Freire (1996) argumenta também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos.

Foram reafirmadas o processo de ensino-aprendizagem adquiridas no decorrer desse processo/ação/intervenção por meio do resumo visual e dialógico do estudante, destacando os conceitos de urbano e rural, bem como os elementos sociais, culturais e econômicos inseridos no contexto social da sociedade local e de vivência do mesmo, saberes e conhecimentos oriundos através também do celular, internet e televisão.

5ª etapa: A avaliação aconteceu de maneira contínua, processual e baseada em observação e registros das referidas atividades aplicadas e desenvolvidas no decorrer do processo, destacando, dessa forma, todo o desenvolvimento de ensino-aprendizagem do estudante como encorajamento, diálogo, experiência vivida e cotidiana, interação e expressão. Portanto, é importante ressaltar que a abordagem ao tema aconteceu em sala de aula regular juntamente com a turma, num primeiro momento, e em seguida reforçada na sala de recursos multifuncional. Dessa forma, foram realizadas durante a ação, a contextualização próxima à realidade do estudante, em uma linguagem simples, formal e informal também (experiência vivenciada). Em seguida, a percepção e exploração visual do espaço ao redor de sua residência, trajeto da casa para a escola e da escola e no livro didático.

Em suma, a presente intervenção pedagógica foi pensada para acontecer de forma clara e objetiva durante todo o processo desenvolvido e colocando em prática, com o intuito de

propiciar ao estudante, conhecimento e suas transformações sociais e educacionais por ele assimilados, promovendo aprendizagem significativa e inclusiva real, utilizando variados recursos tecnológicos e pedagógicos disponíveis e de fácil acesso, facilitando a compreensão da temática desenvolvida (Urbanização) pelo educando. Com estímulo (visuais, sensoriais, práticos e tecnológicos) e de forma flexível, permitiu a ele a participação plena, de acordo com suas habilidades, de maneira ativa, reflexiva e crítica, respeitando seu ritmo de desenvolvimento e aprendizagem.

### 3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA E PRODUÇÃO DE DADOS

A presente intervenção pedagógica teve como propósito a pesquisa qualitativa, com abordagem de intervenção, permitindo assim, aprofundar a compreensão da experiência prévia e nova a ser desenvolvida com o estudante investigado que possui deficiência intelectual e seu efeito nas habilidades sociais e cognitivas. Dessa forma, a coleta de dados aconteceu no período dos meses de agosto a outubro de 2024, em encontros semanais com duração de 40 minutos, num primeiro momento na sala regular, juntamente com toda a turma (primeira abordagem sobre o conteúdo a ser trabalhado e realizado com a intervenção pedagógica), e em seguida na sala de recursos (demais aplicações das atividades propostas - trabalho realizado por meio de livros, blocos, internet, celular, Google Earth).

A intervenção pedagógica consistiu na aplicação de rodas de conversa, atividades práticas/lúdicas (a assimilação e compreensão significativa do estudante se desenvolve satisfatoriamente com o uso da ludicidade) e a observação direta com o objetivo de habilidades específicas como reconhecer e analisar o conceito de “Urbanização” e seu contexto social e cotidiano pelo educando. Logo, as atividades propostas foram planejadas e aplicadas com base em análise prévia das necessidades e interesses do aluno, considerando as teorias de Vygotsky (1984) e Piaget (1973) que versam a despeito do processo de construção de conhecimento, por meio da interação, bem como da socialização.

Sendo assim, a proposta dessa intervenção pedagógica vem de encontro com as teorias dos teóricos citados acima, que enfatizam o papel da interação social, em específico a zona de desenvolvimento proximal que é a distância entre o que a criança é capaz de fazer sozinha e o que ela é capaz de fazer com a ajuda de um adulto ou de um companheiro mais experiente, bem como as rodas de conversa, proporcionam um ambiente favorável de interação social e de mediação, explorando a zona de desenvolvimento proximal do aluno (Vygotsky, 1984).

Nesse sentido, a teoria de Piaget (1973) também ressalta a importância da ação e da experiência para a construção do conhecimento. As atividades lúdicas utilizadas na intervenção pedagógica proporcionaram ao aluno a oportunidade de explorar o mundo ao seu redor e de construir significados a partir de suas experiências, contribuindo para a compreensão do desenvolvimento cognitivo e social da criança.

Conforme descrito acima, e destacando especificamente o processo aplicado e desenvolvido pela intervenção pedagógica, as informações foram coletadas utilizando três instrumentos principais: roda de conversa, a atividade prática e a observação direta do estudante no decorrer desse processo. A triangulação desses métodos buscou garantir uma análise mais detalhada e direcionada das interações e do desenvolvimento, conforme aspectos comportamentais e de desenvolvimento de sua aprendizagem.

Na roda de conversa (ouvindo as experiências prévias do estudante), podemos considerar as ideias de Freire (1996), que valida o diálogo como ferramenta essencial para a construção do conhecimento. Nesse propósito, a roda de conversa permitiu um espaço colaborativo e reflexivo, onde o educando pôde expressar-se. Durante a roda de conversa foram realizadas coletas de informações por meio da observação e análise das falas (interação, questionamentos e considerações em apresentar dúvidas e curiosidades sobre a temática “Urbanização” no decorrer da aplicação das atividades propostas) servindo assim, como fonte para compreender a percepção sobre o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e sociais, conforme salienta os princípios de uma pesquisa qualitativa e dialógica (Freire, 1996).

Assim, sendo, destacando a proposta e finalidade das atividades lúdicas (como imagens por meio da internet - celular, a montagem dos bloquinhos, o livro didático e o passeio no entorno da escola) contribuíram significativamente para o processo de conhecimento, assimilação e contextualização social e de vivência do estudante, suas habilidades, o processo de ensino-aprendizagem, construídos ao decorrer da aplicação das atividades, de maneira lúdica, pois o educando possui habilidades cognitivas reduzidas, e a contextualização lúdica se faz necessária. Sendo assim, o viés da observação foi analisar as interações do educando com colegas, num primeiro momento, e logo em seguida no trabalho individual, além dos aspectos sociais e cognitivos, e as habilidades desenvolvidas durante a intervenção proposta. As informações foram registradas e analisadas por meio da observação analítica, descritiva, crítica e reflexiva dos dados obtidos por meio dessa proposta de intervenção pedagógica, envolvendo adaptações curriculares necessárias, conforme recomenda Mantoan (2003).

Portanto, é importante salientarmos que, todo o processo de incluir um estudante com deficiência intelectual se faz fundamental para uma sociedade justa e igualitária de direitos e

oportunidades para todos, ressalvas as particularidades, sendo essas necessárias. Assim, Minayo (2001) enfatiza em suas palavras que uma pesquisa qualitativa é focada no estudo de características que envolvem sujeitos em contextos dinâmicos, como o ambiente escolar, uma vez que permite explorar as complexidades das interações sociais e pedagógicas. Dessa forma, optou-se pelas abordagens mencionadas nesta intervenção pedagógica (roda de conversa, atividade lúdica e observação), para a obtenção de informações relevantes das habilidades sociais e cognitivas do estudante, assim como as mudanças significativas no processo de ensino-aprendizagem, ocorridas no comportamento e desenvolvimento do mesmo, buscando aprimorar as estratégias de inclusão.

### 3.4 METODOLOGIAS DE ANÁLISE DE DADOS

Foram usadas nesta intervenção pedagógica ferramentas de ações pedagógicas como: a roda de conversa, atividade lúdica e observação no decorrer desse processo, sendo que, os dados, estudados de forma qualitativa, foram considerados conforme os avanços comportamentais, progresso no desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivos, além dos desafios, das dificuldades de aprendizagem e socialização ao longo da intervenção.

A relevância dessa análise de dados levou em consideração aspectos, como: a participação do estudante nas rodas de conversa, interação social, o uso da linguagem, a escuta, e o diálogo no presente momento da aplicação da intervenção, assim, também desenvolvimento da capacidade de interagir com outras pessoas, em expressar seus sentimentos, seu pensamento lógico, a necessidade em seguir regras, e a aquisição de novas aprendizagens relacionadas às atividades propostas durante a ação desenvolvida e aplicada.

Foi possível observar o aumento considerável em melhorias no cognitivo e social que o estudante apresentou, permitindo o desenvolvimento de habilidades significativas em seu processo de conhecimento, principalmente, por ter acontecido em um ambiente mais propício, tranquilo, acolhedor do que na sala regular com quase 40 estudantes. Para tanto, podemos enfatizar que em toda evolução, também existem limitações, mas essas podem ser superadas em suas habilidades cognitivas e sociais, e sendo assim, propiciar transformação social, atribuída às estratégias de aprendizagens diferenciadas oportunizadas ao estudante.

Em suma, a análise conceitual das informações obtidas por meio da intervenção pedagógica, aconteceu na exploração do conhecimento prévio do estudante, no material utilizado (livro, celular, internet, bloquinhos e o entorno da escola), assim, como interação social, a autonomia durante o processo de aplicação da intervenção pedagógica e envolvimento

desse educando nas atividades planejadas, possibilitando assim, a interpretação dos resultados, alicerçado aos referenciais teóricos analisados e inseridos no corpo desta pesquisa.

Portanto, os resultados foram interpretados, colocando como referência os estudos que permeiam o universo e princípios básicos da educação inclusiva, viabilizando dessa forma, a análise do presente estudo tanto no que evidenciou os avanços quanto os desafios enfrentados pelo estudante durante o processo, reforçando a importância de intervir, sempre que necessário.

#### 4 PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

O presente plano de intervenção pedagógica tem como objetivo promover a inclusão do estudante com deficiência intelectual nas aulas de Geografia, especificamente no conteúdo de “Urbanização”, abordando temáticas como urbanização e seus processos sociais, culturais, econômicos, os impactos, as desigualdades, sustentabilidade e planejamento. A proposta visa tornar o ensino mais acessível e significativo para o estudante, valorizando suas diferentes formas de aprender e contribuindo para a construção de um conhecimento geográfico crítico, reflexivo e contextualizado com sua realidade social no processo de ensino-aprendizagem.

O estudante está cursando o 7º ano do Ensino Fundamental II, matriculado em escola pública da rede regular, na cidade de Bom Jesus do Itabapoana - RJ.

A intervenção pedagógica escolhida e desenvolvida com o estudante foi trabalhar o conteúdo de “Urbanização” por meio de momentos e etapas para realização, como oficina de criação de maquetes com os bloquinhos, desenho livre com uso de cartolina, recorte e colagem de figuras de elementos da urbanização, o uso de recursos tecnológicos como celular, internet, Google Earth, passeio no entorno da escola para reconhecer elementos do espaço urbano e o diálogo livre de experiências e saberes do estudante. Dessa forma, as práticas de intervenção, conforme as atividades desenvolvidas, permitiram ao estudante a visualização de forma concreta, o desenvolvimento de habilidades como criatividade e resolução de problemas, estabelecer relações entre conteúdo e experiência cotidiana e expressão de ideias e conhecimentos de maneira lúdica e significativa.

O Quadro 1 traz o detalhamento da proposta de intervenção realizada no período de agosto a outubro de 2024.

Quadro 1 – Planejamento geral do Plano de Intervenção

Momentos	Data	Descrição	Carga Horária Síncrona
Momento 1	Encontro Presencial agosto - 14 e 28.	1º momento - Conversa informal, experiência do aluno juntamente com a turma da sala regular. 2º momento - Aula expositiva - livros, uso do celular para identificar e reconhecer elementos do espaço urbano (sala de recursos).	40 minutos cada encontro.

Momento 2	Encontro Presencial setembro - 11 e 25.	1º momento - explorando o sensorial através da exibição de vídeo educativo curto (Youtube) e em seguida com o uso da tecnologia interativa Google Earth. 2º momento - passeio no entorno da escola para exploração visual e contextualização com a experiência.	40 minutos cada encontro.
Momento 3 e 4	Encontro Presencial outubro - 02 e 09.	1º momento - construção do conhecimento por meio da experiência cotidiana. Nessa etapa, foi trabalhado a montagem de uma cidade, com criação livre do aluno, usando bloquinhos de montar “Lego”. 2º momento - Finalizando com conversa informal sobre as experiências adquiridas no decorrer da aplicação das atividades. A avaliação aconteceu de maneira contínua, processual e baseada em observação e registros das referidas atividades aplicadas.	40 minutos cada encontro.
Carga Horária Presencial			240 minutos
Carga Horária Total			4 horas

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

O Quadro 2 apresenta o desenvolvimento do primeiro momento do Plano de Intervenção.

**Quadro 2 – Desenvolvimento do Momento 1 do Plano de Intervenção**

<b>Data:</b> 14 e 28 de agosto de 2024				
<b>Tema:</b> Urbanização.				
<b>Objetivos:</b> Identificar elementos que fazem parte do espaço urbano.				
<b>Conteúdos:</b> Conceito de urbanização (espaço rural e urbano) e seus impactos ambientais.				
Unidade Didática	Metodologia	Recursos Didáticos	Avaliação	Pontos
1 Apresentação da Intervenção Pedagógica - apresentando a temática “Urbanização”. Os impactos ambientais no espaço urbano.	Aula Expositiva e dialogada (conversa informal) e debate de experiências cotidianas e teóricas.	Livro, lousa, vídeos, televisão, internet e celular.	Participação do aluno de maneira contínua e processual no decorrer das atividades realizadas.	Sem a finalidade de pontuação.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

O Quadro 3 apresenta o desenvolvimento do segundo momento do Plano de Intervenção.

Quadro 3 – Desenvolvimento do Momento 2 do Plano de Intervenção

<b>Quadro 3 – Desenvolvimento do Momento 2 do Plano de Intervenção</b>					
<b>Data:</b> 11 e 25 de setembro de 2024					
<b>Tema:</b> Urbanização.					
<b>Objetivos:</b> Analisar os impactos causados pelo processo de desigualdade no espaço urbano.					
<b>Conteúdos:</b> Desigualdades sociais e urbanização.					
	<b>Unidade Didática</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos Didáticos</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Pontos</b>
2	Desigualdade social e urbanização.	Aula expositiva - passeio no entorno da escola, e por meio de uso de tecnologias.	Celular, televisão e internet.	Participação do aluno de maneira contínua e processual no decorrer das atividades realizadas.	Sem a finalidade de pontuação.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

O Quadro 4 apresenta o desenvolvimento do terceiro momento do Plano de Intervenção.

Quadro 4 – Desenvolvimento do Momento 3 do Plano de Intervenção.

<b>Quadro 2 – Desenvolvimento do Momento 3 do Plano de Intervenção</b>					
<b>Data:</b> 02 e 09 de outubro de 2024					
<b>Tema:</b> Urbanização.					
<b>Objetivos:</b> Reconhecer a importância das relações sociais, culturais e econômicas no espaço urbano.					
<b>Conteúdos:</b> A cidade como espaço de relações sociais e culturais.					
	<b>Unidade Didática</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos Didáticos</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Pontos</b>
3	Relações sociais no espaço urbano.	Aula com exposição e debate.	Jogos de bloquinhos, livros (para visualizar imagens), celular e internet.	Participação do aluno de maneira contínua e processual no decorrer das atividades realizadas.	Sem a finalidade de pontuação.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

## 5 RESULTADO DA APLICAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

O desenvolvimento do plano de intervenção pedagógica permitiu concluir que o PEI é um documento fundamental para o processo de ensino-aprendizagem do estudante com deficiência intelectual, e assim, e assim oferecer acessibilidade à diversidade, bem como as particularidades, propiciando de maneira relevante para a construção de conhecimento e saberes. Sendo assim, o PEI permite inserir e consolidar uma rede de prática cultural no ambiente escolar, sendo este, inclusivo e colaborativo, garantindo ao estudante uma educação de qualidade e de transformação social.

Nesse contexto, Freire (1996, p. 16) nos diz que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Nesse viés do pensamento de Freire (1996), saliento que os resultados alcançados com a intervenção pedagógica, por meio do PEI na escola referida, demonstraram o quão importante é esse documento de cunho transformador e social na vida escolar do estudante. Assim, mediante os resultados analisados, oriundo da intervenção, evidenciou que o PEI permite um currículo acessível e o uso de metodologias diversificadas, permitindo desse modo, criar um ambiente e um espaço escolar em que o estudante está inserido, sendo acolhedor e empático, acessível à diversidade de habilidades e ritmos de aprendizagem. Sendo assim, a intervenção pedagógica foi um mecanismo de ensino e aprendizagem primordial na construção de conhecimento para o estudante mencionado nessa pesquisa, possibilitando um aprendizado que respeite suas individualidades.

Nesse contexto, com a aplicação do PEI, assim, como a proposta de intervenção fomentada nesse percurso metodológico, revelou-se avanços importantes no processo de ensino-aprendizagem do estudante, permitindo visualizar significativo aumento das habilidades cognitivas e sociais, em contrapartida, destaca-se a dificuldade que possui em verbalizar, socializar e exprimir suas ideias na sala de aula regular, sendo, essa aplicação de intervenção em um ambiente fora de sala de aula regular, algo novo, para ele, em que foram trabalhados de forma individual, suas habilidades, suas dificuldades e socialização, e ele como ser ativo durante todo o processo, colaborando com suas experiências, seus saberes, assim como o ouvir e o falar.

Portanto, os resultados obtidos nesta intervenção pedagógica nos auxiliaram em saber que, conforme descrito em literaturas que versam sobre a temática da educação especial e inclusiva, assim como as propostas de intervenções pedagógicas corroboram o pleno desenvolvimento do estudante, permitindo, desenvolver suas habilidades, em que estratégias necessárias, acessíveis e contextualizada com o contexto social e cognitivo se fazem fundamentais. Isso significa que, com a proposta de estratégias específicas (como a roda de conversa, atividade prática/lúdica e a observação), adequadas à realidade do estudante, o permite ser um ser ativo, crítico e reflexivo de suas ações, favorecendo suas habilidades, suas aprendizagens no papel social que a educação tem, sendo eficaz e beneficiando seu desenvolvimento pleno de aprendizagem, proporcionando um ambiente motivador e engajador, propiciando o sucesso da intervenção pedagógica em qualquer etapa, esfera pública e pessoa.

Em razão disso, foram mostrados no decorrer da aplicação da intervenção pedagógica que o PEI fortalece o vínculo entre escola, professor e educando, além da família e outros atores do contexto educacional, que, nesse caso, foi relevante no processo de aprendizagem dele. Assim, nas palavras de Pavão e Pavão (2023), a intervenção pedagógica, independentemente de seu tipo, características e funcionalidade, deve garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente, em acordo com suas habilidades, desejos e comprometimentos associados à natureza dos sujeitos em processo de aprendizagem.

No entanto, é válido destacar que o uso do PEI, bem como sua real aplicação ao estudante enfrenta desafios, pois é algo novo para muito educadores, até mesmo para outros membros da escola, pois não possuem formação para os profissionais da escola, apoio real das equipes de coordenação pedagógica, direção escolar e assistência técnica adequada ou se tem, não está acessível ou também não há interesse por partes de alguns profissionais, além da falta de infraestrutura, tecnologias, recursos e ambiente propício para que o PEI seja desenvolvido e aplicado de forma eficaz. É importante acrescentar ainda que as instituições educacionais necessitam de recursos e adaptações físicas que facilitem a implementação dos planos de intervenção, permitindo que todos os estudantes tenham acesso igualitário ao ambiente educacional adequado.

Por tais razões, as autoras Pavão e Pavão (2023, p. 26) argumentam que:

As intervenções pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado têm o objetivo de promover a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos que são público alvo da Política Nacional de Educação Especial, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, contribuindo para a sua inclusão escolar e social.

As mesmas autoras citadas acima enfatizam que a avaliação dos impactos das intervenções pedagógicas em estudantes com deficiência é um passo fundamental para garantir a qualidade do ensino. Ao acompanhar de perto os resultados dessas intervenções, é possível identificar quais estratégias são mais eficazes e ajustar as ações pedagógicas conforme necessário. Para realizar essa avaliação, são utilizadas diversas técnicas, como a observação direta do estudante, a aplicação de instrumentos de avaliação e a coleta de feedback dos envolvidos (Idem, 2023).

Nesse caminho, Pavão e Pavão (2023) mencionam em seus estudos que existem diferentes abordagens teóricas que podem fundamentar ou apoiar as intervenções pedagógicas no AEE. E, essas abordagens complementam toda a construção de basamento teórico a despeito da temática discutida nesta pesquisa. As autoras destacam:

A teoria da diversidade cultural, se aplicada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), se baseia na ideia de que cada aluno é único e possui necessidades educacionais específicas. Essa teoria defende que o AEE deve ser planejado e executado considerando as características individuais de cada aluno. Nesse sentido, o AEE deve levar em conta as diferenças culturais, linguísticas, étnicas, sociais, emocionais e cognitivas dos alunos. Isso implica em um trabalho que valorize as potencialidades de cada um, considerando as suas diferenças, para que o processo educativo seja significativo e inclusivo (p. 22). No contexto do Atendimento Educacional Especializado, a Teoria Sociocultural é muito importante, pois permite entender que os alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento não são afetados apenas por suas limitações individuais, mas também pelas barreiras sociais e culturais que os impedem de participar plenamente da vida escolar (p. 23). A teoria da aprendizagem significativa foi proposta pelo psicólogo americano David Ausubel (1973) e se baseia na ideia de que o aprendizado é mais efetivo quando o novo conhecimento é relacionado a conceitos já existentes na estrutura cognitiva do aluno. Isso significa que, para que uma aprendizagem seja significativa, ela precisa estar conectada com as experiências, conhecimentos prévios e interesses do aluno (p. 24).

Enfim, o PEI se configura como um documento social essencial para a promoção da educação inclusiva, igualitária e para todos. Assim, ao acessibilizar o processo de ensino e aprendizagem às necessidades reais e que sejam contextualizadas com a realidade desse estudante, ele contribui para a construção de uma escola que valoriza a diversidade e promove o desenvolvimento integral de todos os educandos. Por essa razão, os dados coletados neste estudo demonstram a relevância do PEI para a inclusão escolar, ressaltando a necessidade de ações contínuas para sua consolidação na realidade das salas de aula.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi evidenciado, por meio da prática de intervenção pedagógica realizada com o estudante citado nesta pesquisa, que a utilização do PEI é fundamental para uma educação inclusiva e acessível à realidade, permitindo oferecer um ensino-aprendizagem que atenda suas particularidades e potencialidades.

Observou-se mediante a fundamentação teórica que incluir não é somente inserir o estudante com deficiência no ambiente escolar. É fazê-lo ser um ser ativo durante o processo de ensino-aprendizagem, para que aconteça a inclusão de verdade. Desse modo, poderá transformar as condições presentes a seu favor, para o seu desenvolvimento social e autônomo, e o PEI preconiza essas diretrizes educacionais para que de fato aconteça.

Nessa premissa, a sugestão do uso do instrumento PEI tem como objetivo enfatizar a importância de seu uso na reestruturação do (re) fazer pedagógico, ou seja, da ação docente. Salientando que existem impasses que impedem a realização da aplicação do PEI ao processo de aprendizagem do estudante, desde a falta de preparo do professor, o desinteresse e apoio dos outros setores da escola.

A prática pedagógica de intervenção, desenvolvida a partir da investigação com o estudante com deficiência intelectual, revelou que a abordagem individualizada não apenas melhora o desempenho acadêmico, mas contribui e promove o desenvolvimento de competências socioemocionais e fortalece o senso de pertencimento do mesmo, evidenciando como fator de relevância que por meio da intervenção realizada. Foi possível analisar, na prática, o impacto positivo do PEI na rotina escolar do estudante, evidenciando melhorias significativas tanto na acessibilidade ao currículo quanto nas interações ao conteúdo trabalhado, assimilando o processo de aprendizagem significativa.

Portanto, os resultados nos mostram e reafirmam que o PEI não é apenas um plano de apoio ou suporte ao ensino-aprendizagem, aos conhecimentos e saberes do estudante, mas também um agente transformador que promove a inserção de uma nova cultura de respeito e inclusão dentro do ambiente escolar. Por isso, reforça a importância de investir na capacitação e formação dos educadores, juntamente com a comunidade escolar para a construção e aplicação eficaz dos planos individualizados, além de enfatizar a necessidade de políticas públicas que reforcem e sustentem, permitindo oferecer os recursos necessários para a aplicação do PEI. Para tanto, esta pesquisa qualitativa conclui que o PEI desempenha um papel fundamental na construção de uma educação justa, igualitária e democrática, sendo um caminho promissor para a inclusão social e o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência.

## REFERÊNCIA

ANDRÉ, M. E. D. A. **Ensino inclusivo: estratégias pedagógicas e avaliação.** Revista de Educação Especial, 1999. p. 23-34.

BARBOSA, V. B. **Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado** – PEI. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de MG. Minas Gerais: Educapes, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/570204>. Acesso em: 3 out .2024.

BASSI, T. M. S *et al.* **O plano educacional individualizado e a escolarização dos alunos com deficiência intelectual: políticas e práticas.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. esp. 2, p. 1015-1034, set. 2020. e-ISSN: 1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp2.14329>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 03 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 3 out. 2024.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação - PNE.** Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 03 out. 2024.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 03 out. 2024.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994.

CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativos, Quantitativos e Misto.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. **Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente.** Ci. Huma. e Soc. em Rev., Rio de Janeiro, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, MTE. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

PAVÃO, A.C.O; PAVÃO, S. M. O. Intervenções pedagógicas aplicadas ao Atendimento Educacional Especializado. Santa Maria, RS: FACOS/UFSM, (p. 16-31) 2023. In: \_\_\_\_\_. **Intervenções pedagógicas no AEE: Potencializando o ensino, a aprendizagem e a inclusão.** Organizadoras: Ana Cláudia Oliveira Pavão e Sílvia Maria de Oliveira Pavão. Santa Maria, RS: FACOS/UFSM, 2023. 379p.

PIAGET, J. **A psicologia da criança.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1973.

PLESTCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas e práticas curriculares e deficiência intelectual.** rev. Rio de Janeiro: NAU: EDUR, 2014.

SANTOS, L. F. **Adaptações curriculares e o PEI: Caminhos para uma educação inclusiva.** Revista Brasileira de Educação, 2020. p.27-38.

SEBER, M.G. **Psicologia do pré-escolar: uma visão construtivista.** São Paulo: Moderna, 1995.

SILVA, T. A. **O PEI como instrumento de inclusão escolar.** Educação e Inclusão, v. 4, n. 1, 2018. p. 55-72.

VALADÃO, G. T. **Planejamento educacional individualizado na educação especial: proposta oficial dos Estados Unidos, França, Itália e Espanha.** Orientadora: Enicéia Gonçalves Mendes. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.